



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CONTRIBUINTE N.º 506 811 883
Rua Rangel de Lima - 3320 - 229 PAMPILHOSA DA SERRA
TEL. 235590320 - FAX 235590329

Regulamento de Funcionamento do Conselho de Coordenação da Avaliação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

O Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, procedeu a adaptação aos serviços da administração autárquica do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública, adiante designado por SIADAP, aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

CAPÍTULO I ***Princípios gerais***

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento tem como objectivo, adaptar o modelo de avaliação e desempenho da Administração Pública e definir a composição, competência e funcionamento do Conselho de Coordenação e Avaliação, adiante designado por CCA, do Município de Pampilhosa da Serra, e execução do disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro.

Artigo 2.º

Âmbito

A aplicação do presente regulamento abrange todos os funcionários e agentes e demais trabalhadores da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e as suas unidades orgânicas, bem como ao pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação, que façam parte do Mapa de Pessoal deste Município.

CAPÍTULO II

Composição, competências e funcionamento da CCA

Artigo 3.º

Composição

1 - O conselho de coordenação da avaliação (CCA) é o órgão consultivo e de apoio ao processo de avaliação dos **recursos humanos afectos** à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e é composto pelos seguintes elementos:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CONTRIBUINTE N.º 506 811 883

Rua Rangel de Lima - 3320 - 229 PAMPILHOSA DA SERRA
TEL. 235590320 - FAX 235590329

- a) - Presidente da Câmara, que preside;
- b) - Vereadores que exerçam funções a tempo inteiro;
- c) - Dirigentes máximos de cada unidade orgânica;
- d) - Dirigente responsável pela área de pessoal;
- e) - Director do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra.

2 - O Presidente do CCA designa, de entre os seus membros, um Secretário.

3 - Atentos os n.ºs 3 e 4, ambos do Artigo 3.º, da Portaria n.º 759/2009, de 16 de Julho, nos termos previstos no n.º 3, do Artigo 58.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, foi deliberado pelo Órgão Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, em reunião realizada em 30 de Março de 2010, no âmbito do Conselho Coordenador da Avaliação do Município de Pampilhosa da Serra, a criação de uma secção autónoma, presidida pelo Presidente da Câmara, que pode delegar essa competência num Vereador, e que integra o Director do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, para a avaliação do pessoal não docente, vinculado a este Município e em exercício de funções nos Agrupamentos de Escolas do Concelho.

4 - Esta composição só poderá ser alterada por despacho fundamentado do Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.

Artigo 4º.

Competências

1 - Junto do Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra funciona o Conselho de Coordenação de Avaliação, ao qual compete:

- a) - Estabelecer directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do SIADAP 2 e do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 5º do Decreto Regulamentar nº 18/2009, de 04 de Setembro;
- b) - Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objectivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objectivos;
- c) - Estabelecer o número de objectivos e competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira;
- d) - Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 2 e do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de *Desempenho relevante* e *Desempenho inadequado*, bem como proceder ao reconhecimento de *Desempenho excelente*;
- e) - Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes avaliados;
- f) - Exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe são cometidas.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CONTRIBUINTE N.º 506 811 883
Rua Rangel de Lima - 3320 - 229 PAMPILHOSA DA SERRA
TEL. 235590320 - FAX 235590329

2 - A presidência do conselho coordenador da avaliação pode ser delegada nos termos da lei.

Artigo 5º.

Funções do Presidente

Ao Presidente do Conselho de Coordenação cabem as seguintes funções:

- a) - Promover o cumprimento das deliberações tomadas pelo órgão a que preside;
- b) - Representar o conselho de coordenação da avaliação;
- c) - Convocar, presidir e dirigir as reuniões do conselho;
- d) - Garantir o funcionamento do conselho, de modo a assegurar a satisfação dos objectivos que lhe são cometidos.

Funcionamento

Artigo 6º.

Convocação das reuniões e ordem de trabalhos

1 - As reuniões devem ser convocadas, com expressa indicação do dia, da hora e do local da sua realização, por comunicação individual dirigida a cada um dos membros com *a* antecedência mínima de 48 horas.

2 - A convocatória de cada reunião é remetida a todos os membros juntamente com a ordem de trabalhos, acompanhada pela documentação respectiva.

Artigo 7º.

Reuniões

1 - O CCA reúne ordinariamente entre os dias 21 e 31 de Janeiro de cada ano civil, para harmonização das avaliações e validação das propostas de avaliação final correspondentes às percentagens máximas de mérito e excelência.

2 - O CCA pode reunir extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do presidente;

3 - A Convocação do conselho, nos termos do número anterior, poderá fazer-se com antecedência mínima de quarenta e oito horas e a convocatória será acompanhada da respectiva ordem de trabalhos *e respectiva* documentação;

4 - As votações que envolverem avaliadores e avaliados serão sempre feitas por escrutínio secreto.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CONTRIBUINTE N.º 506 811 883

Rua Rangel de Lima - 3320 - 229 PAMPILHOSA DA SERRA

TEL. 235590320 - FAX 235590329

Artigo 8º.

Quórum

- 1 - Nas reuniões ordinárias o CCA só pode reunir quando estiverem presentes todos os seus membros.
- 2 - Nas reuniões extraordinárias o CCA pode reunir quando estiver presente a maioria do número legal dos seus membros.
- 3 - Não comparecendo o número de membros exigido, será convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, vinte e quatro horas.
- 4 - Da referida convocação, deverá constar que o conselho deliberará desde que esteja presente um terço dos respectivos membros.

Artigo 9º.

Audição de entidades

- 1 - Os avaliadores da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que não tenham assento no CCA devem, para efeitos de realização da reunião ordinária deste órgão, apresentar a fundamentação das propostas de mérito e excelência, da sua responsabilidade, através do seu imediato superior hierárquico.
- 2 — O CCA pode ainda, no decurso da reunião e desde que tal se revele absolutamente necessário, solicitar individualmente a presença dos demais avaliadores da Câmara Municipal sem assento no órgão, para esclarecimento de qualquer situação, nomeadamente, para completar a fundamentação das avaliações de Desempenho relevante e de Desempenho inadequado propostas.
- 3 - O CCA, sempre que o entenda, pode solicitar a presença dos avaliados que tenham reclamado.
- 4 — O conselho poderá solicitar aos avaliadores e aos avaliados os elementos que julgar convenientes para o seu melhor esclarecimento.

Artigo 10º.

Deliberações

- 1 - As deliberações são efectuadas por votação nominal, *devendo ser fundamentadas*.
- 2 - É proibida a abstenção aos membros do CCA.
- 3 - O CCA delibera por maioria simples.
- 4 - Em caso de empate o presidente tem voto de qualidade.
- 5 - O conselho só pode deliberar na presença de mais de metade do número dos seus membros.
- 6 - Na falta do quórum previsto no número anterior, será pelo presidente designado outro dia para a reunião, com a mesma natureza da anteriormente prevista, sendo enviada nova convocatória.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CONTRIBUINTE N.º 506 811 883

Rua Rangel de Lima - 3320 - 229 PAMPILHOSA DA SERRA

TEL. 235590320 - FAX 235590329

Artigo 11º.

Actas

1 - De cada reunião é lavrada acta, a qual conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações.

2 - As actas são submetidas à aprovação de todos os membros no final da própria reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas por todos os membros presentes na reunião.

3 - As deliberações do conselho só são eficazes depois de aprovadas as respectivas actas, nos termos do número anterior.

Artigo 12º.

Voto de vencido

Os membros do CCA podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o fundamentam.

Artigo 13º.

Confidencialidade

À excepção do avaliado, todos os intervenientes no processo de avaliação bem como os que, em virtude do exercício das suas funções, tenham conhecimento do mesmo ficam sujeitos ao dever de sigilo.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 14º.

Casos omissos

Em tudo o que não estiver previsto no presente Regulamento aplicam-se as disposições do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, bem como a legislação relativa ao sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública (SIADAP).

Artigo 15º.

Publicidade do Regulamento

O presente Regulamento, nos termos e para efeitos do Artigo 26.º, do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, e alojado na pagina electrónica deste Município, em www.cm-pampilhosadaserra.pt.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CONTRIBUINTE N.º 506 811 883
Rua Rangel de Lima - 3320 - 229 PAMPILHOSA DA SERRA
TEL. 235590320 - FAX 235590329

Artigo 16º. **Efeitos transitórios**

Este Regulamento revoga o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Coordenação da Avaliação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal, de 10 de Julho de 2007.

Artigo 17º. **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação.